

## A confederação abolicionista e o movimento abolicionista na Corte

Júlio Cesar De Souza Dória<sup>1</sup>

(...) A contradição de uma folha adiantada, que está às boas com os escravocratas e em luta conosco – que nos presamos de ter incitado todos os progressos -, é manifesta. Nós só o podemos explicar por um elemento novo, que entrasse em atividade, e a nossa suspeita justifica-se. Quanto a estrangeiros, nós só lamentamos que eles sejam em seus países republicanos e venham ser, entre nós, reacionários. (...)<sup>2</sup>

O trecho do editorial do jornal *Gazeta da Tarde* de 10 de dezembro de 1884 apresenta alguns elementos fundamentais para entendermos as regras do jogo linguístico em que os intelectuais brasileiros estavam inseridos. Na argumentação feita pelo editor da *Gazeta* a um artigo veiculado pelo jornal francês *Le Messager du Brésil*<sup>3</sup>, foi questionada a sua postura em relação à escravidão, já que tratava-se de um periódico de um país contrário à escravidão, porém, defendia tal instituição no Brasil<sup>4</sup>.

A historiografia sobre a abolição da escravidão no Brasil apresentou em diversos momentos as discussões, acusações e questionamentos entre abolicionistas e escravistas veiculadas nos periódicos do país<sup>5</sup>. Contudo, estas fontes eram vistas e analisadas como a expressão de uma inconsistência de argumentos lógicos por parte dos interlocutores – intelectuais<sup>6</sup> -, que por sua vez apelavam para os insultos, críticas morais e ao sentimentalismo. Até os anos 1980, a historiografia brasileira – destinada ao estudo dos intelectuais, de suas obras, ações e ideias políticas no Brasil ao longo do século XIX - creditava aos intelectuais brasileiros uma análise superficial, atrasada ou equivocada em relação aos

usos que faziam das teorias europeias<sup>7</sup> - sobretudo, as francesas e inglesas.

Estas análises não levaram em conta as necessidades, limites e interesses locais como critérios de seleção e adaptação de teorias estrangeiras no país, nem identificaram a transformação destas como fruto de uma iniciativa local, não só brasileira, mas, latino-americana. Enfim, transformava-se o que era possível e pertinente à realidade local, objetivando uma utilidade tanto pragmática como filosófica - sobretudo nos espaços públicos e privados destinados à reflexão e produção de conhecimento<sup>8</sup>.

De qualquer forma, tais análises identificavam um ambiente intelectual matizado por “um bando de ideias novas” – parodiando a célebre frase do escritor e jornalista brasileiro Silvio Romero -, que por sua vez compunham a tessitura intelectual formativa das concepções sociais, políticas, econômicas e culturais em que estavam imersos os intelectuais brasileiros do Segundo Reinado. Essas ideias compunham o contexto político, cultural e linguístico<sup>9</sup> dos intelectuais brasileiros. Logo, para se fazer entender e igualmente compreender o que seus pares estavam dizendo nos discursos parlamentares, nas ruas e na imprensa, era necessário a adequação às regras do discurso<sup>10</sup> e do jogo político.

Novas interpretações sobre as práticas discursivas e sobre a percepção de doutrinas estrangeiras por parte dos intelectuais brasileiros foi elaborada por José Murilo de Carvalho<sup>11</sup>, que salientou a necessidade de se identificar as linguagens adotadas nos discursos no Império do Brasil como forma de entendimento da dinâmica discursiva e dos elementos constituintes do jogo político.

Assim, introduzida na tradição intelectual e política do país através das instituições de ensino portuguesas e mesmo de uma tradição latina, a retórica era a forma em que estruturava o contexto linguístico e político brasileiro e ao mesmo tempo a estratégia válida no cenário discursivo construído pelos intelectuais do país<sup>12</sup>. A retórica, portanto, era adotada de forma sistemática pelos intelectuais em seus discursos. A presença de

elementos de retórica nos discursos proferidos no parlamento, nas ruas, em conferências e nos artigos dos jornais que circulavam na Corte, demonstra a adoção dessa prática discursiva como forma de articulação das ideias objetivando um convencimento do público.

A utilização dos mesmos autores para a validação de argumentos ideologicamente opostos, o embasamento teórico alicerçado nas teses de autores que tinham ideias divergentes, a superficialidade com que se adotava determinadas ideias e conceitos e a citação equivocada da atribuição de uma ideia ou tese relacionada a um determinado autor – que por fim não se comprovava -, faziam parte da estratégia discursiva voltada para o convencimento do público, ao contrário de representar um possível modismo ou “atraso intelectual”<sup>13</sup>.

Como as gerações intelectuais anteriores a 1870 tinham uma formação política e profissional mais homogênea, como destacou José Murilo de Carvalho<sup>14</sup>, sobretudo pela própria origem socioeconômica e pela hegemonia da advocacia na Universidade de Coimbra como destino destes, a geração de 1870 com seu cosmopolitismo alargou a crítica ao status quo imperial iniciando uma crise institucional. A sociabilidade possibilitada pelas faculdades do país – Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia - e pelas associações gestadas pelas novas e diferentes especializações profissionais – Engenharia, Mineralogia, Botânica, Medicina e Direito -, possibilitaram uma crescente circulação de ideias e pessoas.

Em última instância, engendraram sociabilidades que desembocaram em formações de associações, grêmios estudantis, empresas e etc., que por sua vez criaram uma atmosfera de modernidade nas grandes cidades do país, mas, sobretudo na Corte. Esse contexto que se forma a partir dos anos 1870 gradativamente diluiu a herança lusitana na cultura brasileira, sobretudo àquela responsável pela construção da nação nos anos 1850 através do romantismo indianista<sup>15</sup>.

Assim, a tríplice origem do cosmopolitismo intelectual brasileiro de fins do século XIX - as influências de correntes de

pensamento político, econômico, social e científico europeus; as experiências políticas, econômicas e sociais europeias e norte americanas; e a circulação destas ideias e pessoas nos meios intelectuais do país, sobretudo, na Corte – foi basilar na estruturação dos discursos e propostas tanto de abolicionistas quanto de escravistas. Eram adotadas as mesmas concepções e teorias estrangeiras, mas, a compreensão e aplicação destas diferiam conforme as experiências sócio profissionais e os interesses de classe, indivíduo ou grupo.

As ideias do filósofo positivista português Teófilo Braga por vezes foram citadas pelos intelectuais brasileiros, demonstrando a influência portuguesa no meio intelectual de fins do Império, mas também, a do positivismo<sup>16</sup>. No início de 1880, a Gazeta da Tarde destaca a relação de proximidade entre o positivista lusitano e Joaquim Nabuco<sup>17</sup>,

A reprodução na Gazeta da Tarde do texto publicado na Revista Positivismo – fundada por Teófilo Braga -, indica a proximidade entre as ideias dos abolicionistas brasileiros e dos positivistas portugueses. Essa proximidade intelectual entre brasileiros e portugueses, bem como a leitura da doutrina positivista de interpretação ibérica possibilitavam uma fácil absorção pela intelectualidade brasileira, dada as semelhanças culturais e políticas dos dois países<sup>18</sup>.

Não afirmamos que as ideias positivistas francesas advindas de nomes como o próprio Comte, Littreé, Laffitte<sup>19</sup>, entre outros, fosse negligenciada ou rechaçada por intelectuais brasileiros adeptos da doutrina, e até mesmo, pelos que simpatizavam com algumas de suas proposições. Entendemos que a sua versão portuguesa era mais próxima da tradição cultural brasileira e por isso, mais familiar, sobretudo para os republicanos e os abolicionistas radicais.

Para os abolicionistas brasileiros, as constatações de Braga lhes abrem a oportunidade para justificar o atraso e inferioridade creditados aos negros devido à escravidão e não aos seus valores e pendores naturais e primitivos, ou seja, foi a escravidão e o homem branco que incivilizou e barbarizou o negro. Neste

sentido, segue o artigo de Joaquim Serra, assinado como Ignotus – um de seus pseudônimos -, na Gazeta da Tarde de 25 de fevereiro de 1881.

(...) de balde tem se dito aos arianos do Jacareí, que eles descendem do antropomórfico vindo da Península Ibérica, e que esse antepassado por força seria um sucessor do Gorilo Africano. O Pontífice e a Igreja não acreditam, desprezando a opinião de Oliveira Martins quando chama de – raça africana – aos iberos, isto é, aos espanhóis da Península, e naturalmente aos de Mar de Hespanha. Citarei as palavras do autor da Civilização Ibérica: O que é o ibero? Recentemente a opinião de identidade de caracteres primitivos entre os iberos e os povos originários da África Setentrional parece caminhar para uma aceitação completa. E acrescenta Teófilo Braga: “Modernos trabalhos de antropologia determinam identidade entre o Basco e o tipo Berber da África(...)”<sup>20</sup>

O artigo de Joaquim Serra, chamado Nos Quoque!, critica as ações e ideias defendidas por *escravocratas, sejam clássicos, românticos, ou positivistas* e, especificamente, o Barão de Cotegipe e seus pares. Nele, o autor descreve festas e eventos escravistas que ocorrerão em Indaiatuba, Mar de Hespanha e Paty do Alferes, além de um congresso antropológico em Jacareí, em que terá Cotegipe como um de seus participantes. E prossegue dizendo que sobre os negros se dirá que

(...) como é sabido, o positivismo escravagista, sob o fundamento de que os brancos, por isso que são arianos, devem esfrega-lo, até que desapareçam; a esses negros que são microcéfalos(...) e conclui (...) Mas qual o pontífice de Jacareí já disse, e o provará novamente na conferência cotegipiana, que a emancipação dos negros africanos é um contrassenso

em face da ciência nova (...) Ora, depois disso nada mais teremos que dizer, nem eu, nem o sr. Barão de Cotegipe. Sua excelência que par aquele laus-perenne positivista, terá apenas preparado com algumas páginas de Littré, de Spencer, ou de Stuart Mill, sem duvida alguma que responderá com as chapas da ciência moderna, falando em nova orientação dos espíritos, resultante dos fatores sociológicos, altruísmo e determinismo, etc. e etc. E a sessão terminará citando todos os oradores as opiniões que não leram e apenas conhecem de alguns livros de vulgarização de Broca, Toppinard, Zeller, Darwin, Huxley, [ilegível], Max Muller, Lubbock, Robin, Letourneau, Haeckel (...) e outros que fazem menção os catálogos bibliográficos, e os bestuntos desses oficiais de obra feita e para uso de sábios às pressas, e a bragas enxutas<sup>21</sup>.

O artigo do jornalista e futuro integrante da Confederação Abolicionista indica possíveis chaves de leitura sobre o contexto linguístico do fim do Império. A crítica é direcionada aos argumentos e ideias de seus opositores a fim de apontar inconsistências ou erros de interpretação e análise das noções e conceitos científicas. O autor demonstra conhecimento das possíveis obras em que se baseavam os discursos dos mesmos, ao destacar

(...) a sessão terminará [com] todos os oradores [dando] as opiniões que não leram e apenas conhecem de alguns livros (...) e outros que fazem menção [a]os catálogos bibliográficos (...) de obra feita e para uso de sábios às pressas(...)<sup>22</sup>.

Serra identifica a matriz ideológica dos seus debatedores para poder entrar no jogo discursivo da retórica. Identifica os seus opositores como positivistas escravistas e assim, utiliza afirmações de dois ilustres escritores portugueses, sendo um deles considerado o precursor do positivismo em Portugal. Dessa maneira, os termos, conceitos e noções elencadas nos discursos de ambos os lados é de comum conhecimento, ou seja, os

argumentos se estruturavam em bases positivistas e cientificistas – estão dadas as regras do jogo e o terreno a se travar a partida. O objetivo almejado pelos debatedores era persuadir o seu opositor e a opinião pública de que as ideias que defendiam eram as mais corretas, e a fazê-lo, embasando-se em citações de autores consagrados aumentava o grau de credibilidade e autoridade de seus argumentos.

Diante dessa perspectiva, percebemos que independente da filiação a determinadas doutrinas – filosóficas políticas ou econômicas -, existiam concepções, termos e noções gerais comuns aos intelectuais brasileiros deste período, que se caracterizavam por estabelecer um contexto cientificista. Nesse sentido, os debates políticos e sociais eram impregnados por concepções, conceitos e termos cientificistas<sup>23</sup> em voga na Europa e nos Estados Unidos. Consequentemente qualquer intelectual ou associação política engajada na construção de um projeto de reforma política, social ou econômica estruturava o seu discurso com argumentos cientificistas<sup>24</sup>.

No Brasil de fins do século XIX havia um crescente espaço de difusão e discussão científica relacionada a determinadas áreas do conhecimento. A existência de periódicos especializados em medicina, os debates nos jornais sobre técnicas de engenharia, as pesquisas sobre a botânica no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, apontam para a existência e construção de espaços de ciência e saberes no Império, voltados apenas para as suas respectivas áreas de conhecimento independentes dos debates políticos<sup>25</sup>. Tal fato se torna importante num contexto intelectual notadamente marcado pela adoção dos saberes científicos na sustentação dos argumentos, discursos e projetos políticos por destacar uma familiaridade dos intelectuais brasileiros diante de termos, conceitos e noções cientificistas europeias.

A partir destas constatações torna-se frágil as afirmações sobre a falta de incoerência intelectual e incapacidade de compreensão de determinados conceitos e ideias difundidas na Europa pelos intelectuais brasileiros. O nosso entendimento é de que tal perspectiva representava mais uma lógica de

encadeamento dos argumentos retóricos que estruturavam os seus discursos do que uma incoerência ou inconsistência intelectual. Eram aceitas por fazerem parte do jogo linguístico.

A capilaridade da ciência e do paradigma cientificista como o portador da razão na sociedade brasileira de fins do século XIX - mas, sobretudo entre intelectuais - potencializava a alocação e direcionamento desses saberes para a consecução de interesses de grupos e classes, porém, esta não era a sua única aplicação. Porém, nos discursos e debates políticos e sociais de fins do Império, as concepções cientificistas do século XIX eram utilizadas como estratégia discursiva<sup>26</sup>.

Os debates entre intelectuais sobre os projetos de nação para o Império do Brasil embasados em argumentos ou noções cientificistas se tornaram recorrentes ao longo dos anos 1880. Em específico, aqueles difundidos pela Gazeta da Tarde - enquanto interlocutora dos princípios e projetos da Confederação Abolicionista<sup>27</sup> entre 1883 e setembro de 1887 -, acerca da abolição da escravidão, encontraram de tempos em tempos ferrenhos opositores, como francês Le Messenger du Brésil.

Assim, os intelectuais da Confederação, encastelados na Gazeta da Tarde fizeram do periódico o seu púlpito para discursar à nação e sempre que possível criticava as ideias e projetos escravistas ou emancipacionistas. Deste modo, o editorial da Gazeta do dia 10 de dezembro de 1883 destaca no seu próprio título o mote de seus debates: Os Prudentes.

De forma irônica, o autor do artigo - o redator chefe da folha era Luiz de Andrade, mas, também exerciam a função de redatores Júlio de Lemos e Gonzaga Duque Estrada<sup>28</sup> - inicia o seu discurso dizendo que "(...) Ainda desta vez os amigos do Messenger du Brésil não se dignam responder aos nossos argumentos sobre a conveniência da emancipação imediata(...)"<sup>29</sup>.

E prossegue elencando contradições nos argumentos e posicionamentos do jornal franco-brasileiro em sua defesa de um processo lento e planejado de abolição. Diante desta perspectiva, a argumentação é contundente

(...) Quanto a julgar a emancipação uma consequência de outras medidas e não o princípio da reforma de que carece o país, ainda o Messenger dá em falso, porque lhe perguntaremos se se não recorda do que escrevemos: “não serão um preparativo os 12 anos e tanto da Lei Rio Branco, a propaganda abolicionista tão forte nos últimos 4 anos e ainda outros fatos que nos vêm à memória?” A nossa ideia é que depois de tantas leis temperadas, que têm preparado o terreno, venha afinal a decisiva resolução do problema...<sup>30</sup>

As bases do discurso dos intelectuais da Confederação visavam minar a argumentação de que a abolição imediata seria uma posição abrupta e radical, demonstrando a incoerência de tal análise ao mostrar que ao menos já havia mais de 12 anos que tal processo havia se iniciado.

E assim seguia

(...) O lugar comum de “ser reacionário de alguém”, tão citado no Figaro, ainda nos vem provar mais quanto o Messenger está mudado e prudente. No Brasil é muito triste ter esse lugar, porque, infelizmente, as ideias correntes em outros países nem tem órgãos de publicidade, nem aparecem senão a medo. Na questão política não é glória pra ninguém – principalmente se aspira ser adiantado -, considerar-se nosso reacionário (...). Em vez de nos ajudar com as grandes inspirações da sua pátria, nós, tê-lo-emos como um retrógrado, e tentaremos de inutilizar a sua perniciosa propaganda<sup>31</sup>.

Encontramos aí a *propaganda perniciosa* referida pela Gazeta da Tarde do dia 10 de dezembro. O Messenger, por sua vez, passou a reproduzir vários artigos se colocando diretamente em oposição ao abolicionismo defendido pelos intelectuais da Gazeta, conseqüentemente, contra o projeto de abolição da Confederação Abolicionista.

Assim, nos dia 13 e 16 de dezembro, o Messenger apresenta em seu editorial artigos sobre imigração e emancipação gradual da escravidão, bendizendo as iniciativas, práticas e projetos dos

clubes da lavoura do sudeste<sup>32</sup>. Porém, o embate entre as duas vertentes de intelectuais parece ter chegado a um termo no início de janeiro de 1884.

O editorial da Gazeta da Tarde do dia 10 de janeiro, intitulado Os interesses do Paiz<sup>33</sup>, é transcrito um trecho do editorial do Messenger em que agradece a alcunha de “Aliados naturais”. O artigo segue com destaque de pontos de concordância sobre a necessidade da imigração para o Brasil, porém, continua a afirmar que a abolição deve ser feita imediatamente. Desta forma, é encerrado parcialmente o embate entre duas vertentes da abolição da escravidão em que a última palavra converge para uma possível aliança, a partir, de um convencimento das necessidades urgentes do país.

Entretanto, o jornal por vezes apenas reproduzia os embates e discursos ocorridos em locais públicos ou no próprio parlamento. Nestes locais, o público específico, a escolha de um orador, e a estruturação prévia de um discurso – sobretudo nas Conferências – apresentam os elementos de retórica que estruturavam os atos de fala dos intelectuais da Confederação Abolicionista, apresentando assim, os seus projetos de nação a partir da abolição da escravidão calcado no embate com ideias e projetos contrários aos seus.

Nesse sentido, as Conferências da Glória foram eventos fundamentais na construção de um ambiente marcado pelo debate cientificista<sup>34</sup>. Observando a perspectiva de promoção das suas ideias e propaganda, a Confederação apresentou a Conferência do lente da Politécnica, o sr. Álvaro Joaquim de Oliveira<sup>35</sup> em capítulos na Gazeta da Tarde, entre os dias 20 de novembro de 1883 e 07 de janeiro de 1884, para contrapor os argumentos do então jurista, dr. Antonio Coelho Rodrigues<sup>36</sup>, que havia conferenciado na Escola da Glória no dia 04 de novembro de 1883 e publicada do Jornal do Comércio no dia 10 do mesmo mês.

O discurso do professor Álvaro Joaquim de Oliveira se concentrava na crítica e desconstrução dos argumentos de Coelho Rodrigues. Neste sentido, não apresentava projetos específicos e claros para o fim da escravidão e nem mesmo reformas sociais a

serem implementadas no país. A tônica do discurso girava em torno da necessidade de se extinguir a escravidão e a validade do movimento abolicionista.

Logo, a fim de dotar o seu discurso de argumentos cientificistas e, portanto, justificar a necessidade da abolição da escravidão e do abolicionismo, o autor estrutura o seu artigo em bases positivistas. Adotando tal perspectiva em suas interpretações sobre a sociedade, a economia e a política do país, prescreve a aplicação prática de suas teorias e análises nas decisões políticas a serem tomadas pelo Estado. É recorrente em seu discurso, a valorização das características sentimentais e emotivas do ser humano para o alcance de sua elevação na hierarquia moral das civilizações, coadunada com a perspectiva comtiana e lafitista do positivismo<sup>37</sup>.

Mas, o debate precisava ser travado nos diversos campos em que se apresentavam os opositores do movimento abolicionista, e nesse caso, como se tratava de um debate com um afamado jurista da Corte - num local de grande destaque e visibilidade dos grandes discursos de bases cientificistas, em que o público, embora não fosse selecionado, ou seja, a entrada nas conferências da escola da Glória eram abertas a qualquer pessoa era em sua grande maioria formado por intelectuais e políticos, dentre eles, o próprio Imperador -, fazia-se necessário a escolha de um orador com um capital simbólico igual ou maior.

Neste sentido, segue o engenheiro e professor da Politécnica destacando que

(...) A prosperidade do comércio diz Condorcet\*[Reflexões sobre “A Escravidão dos Negros”. Tradução de Aarão Reis], a riqueza nacional não podem servir para contrabalançar a justiça. Um número qualquer de homens reunidos não têm o direito de fazer aquilo que, da parte de cada homem em particular, seria uma injustiça(...)<sup>38</sup>.

O princípio da crítica moral à escravidão é vasto. Ao citar o matemático, filósofo e político francês, a estratégia discursiva começa

a expandir-se. Citar um elevado número de autores consagrados para endossar a própria argumentação era uma estratégia usual do discurso, pois, induzia o público a perceber a comunhão e o compartilhamento de ideias, práticas e princípios – porém, neste caso, em específico, esse “outro” a mais era quase sempre um nome de destaque em alguma área do conhecimento – com diversos pensadores consagrados, o que por sua vez, dotava esses discursos de um alto grau de autoridade intelectual.

Nos debates intelectuais em que a Confederação se lançou foram escolhidos diferentes e diversos oradores. A nossa hipótese é que de acordo com o local, o público e o tema a ser discursado ou debatido, a Confederação Abolicionista escolhia o intelectual mais adequado para efetuar o discurso.

A escolha de um professor da Escola Politécnica para discursar sobre os benefícios diversos que o país alcançaria com a abolição da escravidão e destacando a importância do movimento abolicionista para a consecução de tal propósito, se enquadra em tal perspectiva, pois, fora escolhido um “teórico” do abolicionismo e não um “político ou defensor passional” para debater com um renomado jurista do Império um local caracterizado pelo debate intelectual. Mas, além disso, um dos pontos mais importantes demorados da análise de Álvaro de Oliveira foi sobre a abolição da escravidão no Ceará.

Cearense e profundo conhecedor das características sociais, políticas, econômicas e históricas, Álvaro de Oliveira era o intelectual perfeito para poder contradizer com propriedade os argumentos do dr. Coelho Rodrigues – este uma piauiense<sup>39</sup> que estava a analisar as consequências do abolicionismo para o Ceará. Essa estratégia de seleção de oradores, debatedores ou escritores, adotada pela Confederação Abolicionista permitia por vezes que alguns intelectuais falassem em seu nome e defendesse algum posicionamento da instituição.

Entendemos que as ações da Confederação Abolicionista dentro do movimento abolicionista forma amplas. Desde a formação de caixas emancipadoras à criação de escolas noturnas, passando pelo patrocínio de fugas de escravos<sup>40</sup>. No presente trabalho destacamos a sua atuação no cenário intelectual através dos debates na imprensa e em determinados espaços de saber – Conferências da Glória – como estratégia de convencimento e proselitismo para o movimento abolicionista, destacando o seu caráter propagandístico.

## Notas de Referência

- <sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Capes).
- <sup>2</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 10 de dezembro de 1884.
- <sup>3</sup> Redigido no Brasil e publicado no Brasil e na França
- <sup>4</sup> Gazeta da Tarde, 10 de dezembro de 1884.
- <sup>5</sup> CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.; COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. 7ª ed. São Paulo: Global, 2001.; MACHADO, Humberto F. & NEVES, Lucia Maria B. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- <sup>6</sup> Para o conceito de intelectual no presente artigo, adoto a perspectiva de Jean-François Sirinelli. Os personagens aqui identificados como intelectuais enquadravam-se numa rede profissional e social caracterizada pelo uso de suas ideias, discursos e ações como mecanismo de intervenção nos assuntos e disputas políticas da sociedade que compunham. cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, Renè(org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Pp. 231-262.
- <sup>7</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.; BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.; SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1992; SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012; e Op. cit. COSTA, Emília Viotti da. Para ver uma análise mais detalhada, CORÊA, Mariza. A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Universidade de São Francisco: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2001. Pp. 21-30.
- <sup>8</sup> Para uma melhor compreensão do universo intelectual e científico no Segundo Reinado, ver DANTES, Maria Amélia(org.).Espaços de ciência no Brasil:1800-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- <sup>9</sup> A concepção de contexto linguístico é aqui adota a partir da perspectiva estabelecida por John Pocock, como o vocabulário político e intelectual de uma determinada sociedade em um período e espaço específicos. Que por sua vez definirá os significados e sentidos de palavras, termos e conceitos.
- <sup>10</sup> Os discursos e textos políticos tornam-se fundamentais para a compreensão dos interesses em disputa no país no fim do Segundo Reinado. A partir da perspectiva desenvolvida por Skinner, os discursos funcionam como atos de

fala, pois, ao debaterem com outros intelectuais, através da imprensa e do parlamento as questões de interesse geral que estavam em voga no país, estes debates – por serem políticos – tinham como objetivo a realização de ações que viessem corporificar as ideias apresentadas e defendidas na imprensa, na tribuna e nas ruas. Segundo Skinner, um discurso, ou texto, é compreensível a partir da identificação do vocabulário linguístico utilizado pelo seu autor, e deve ser comparado com outros textos concernentes ao mesmo assunto, porém com vocabulários diferentes e divergentes. Tal procedimento possibilita a identificação da diversidade de discursos e consequentemente de interesses e opiniões sobre um mesmo assunto.

Os atos de fala identificam nos discursos políticos uma ação, que encontra no contexto político e linguístico sua interdependência e significado. cf. SKINNER, Quentin. Significado y comprensión em La historia de las ideas, 2000. Pp. 60-122 e 180-189.

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, 1999. pp. 123-127.

<sup>12</sup> Ibidem. Pp. 125-135.

<sup>13</sup> A interpretação destas práticas como um atraso intelectual denota uma concepção evolucionista teleológica, como o spencerianismo e o darwinismo social. Estas teorias sociais hierarquizavam as sociedades e as nações tendo como referencial o padrão europeu ocidental. Logo, as sociedades e nações que não se encontravam no mesmo padrão de desenvolvimento cultural, tecnológico, econômico e social destas nações eram consideradas atrasadas, mas, eram passíveis de chegar ao estágio de desenvolvimento alcançado pelos europeus occidentis.

<sup>14</sup> Ibidem, CARVALHO, José Murilo.

<sup>15</sup> Op. cit. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Pp. 135-155.

<sup>16</sup> Esse aspecto em específico corresponde a assimilação do positivismo por republicanos e abolicionistas. Ver Alonso, Angela. 2002. Pp.205-237. ; ESTEVES, José Pereira. Positivismo e República. Revista de Estudos Filosóficos, nº3, São João del-Rei,2009.; RODRIGUES, Ricardo Vêlez. O pensamento de Teófilo Braga no contexto do Positivismo Luso-Brasileiro, Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Sousa, UFJF, 2001.

<sup>17</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 06 de novembro de 1880, extraído da Revista Positivismo nº 6, agosto-setembro de 1880. O discurso de Joaquim Nabuco mencionado pela Revista portuguesa refere-se a uma homenagem concedida ao brasileiro por ocasião de sua visita à Portugal.

<sup>18</sup> RODRIGUES, Ricardo Vêlez. A Moral positivista, a luz das análises de Sílvia Romero (1851-1914) e Teófilo Braga (1843-1924), Revista Estudos Filosóficos, nº 7, 2011.

<sup>19</sup> Ver Op. cit. ALONSO, Angela, 2002. Pp. 205-229; SOARES, Mozart Pereira. Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE, 1998.; CARELLI, Mário. Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1994. Pp. 149-153; BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In:- Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América. (org.) PERRONE-MOISÉS, Leyla. São Paulo: Unesp, 2004. Pp. 17-47. Seguindo o esquema explicativo de Bosi, as ideias dos positivistas desenvolvidas por Augusto Comte teriam sido incorporadas ao universo intelectual brasileiro por intermédio do seu discípulo Pierre Lafitte, em oposição à interpretação da doutrina dada por Emille Littré. Esta preferência à abordagem lafiteista em oposição a litreista encontra-se na exclusão dos aspectos religiosos por Littré, existentes na doutrina comtiana, que por sua vez, eram contemplados por Lafitte. Porém, segundo o autor, essa escolha teria sido efetuada por Teixeira Mendes e Miguel Lemos, que representavam a vertente ortodoxa do positivismo no Brasil centrada na Igreja Positivista Brasileira.

Mário Carelli destaca a adoção do modelo litreista pelo Exército brasileiro, tendo como difusor o professor da Escola Militar, Benjamin Constant.

Angela Alonso apresenta uma variedade mais ampla do positivismo no Brasil identificando três grandes grupos: os positivistas abolicionistas, os federalistas científicos paulista e os federalistas científicos gaúchos.

<sup>20</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 25 de fevereiro de 1881.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização - In: Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006, pp 41-60.; SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870) – In: Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.;

Op. cit. SCHWARCZ, Lilia Moritz., 1987.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; MONTEIRO, Simone & SANSONE, Livio(org). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.; Op. cit. SKIDMORE, Thomas E. ; e Op. cit. CORRÊA, Mariza.

<sup>24</sup> Adoto aqui o termo cientificista de forma ampla objetivando a identificação de conceitos, termos, noções e ideias das mais diversas áreas do conhecimento humano adotadas como condutoras na argumentação dos discursos. Estes poderiam ser oriundos da botânica, da mineralogia, da antropologia, da engenharia, enfim, de toda e qualquer área do conhecimento validada cientificamente.

<sup>25</sup> DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro.: In- Espaços da ciência no Brasil. (org.) DANTES, Maria Amélia M. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. Pp. 27-51; ELDER, Flávio Coelho. & FERREIRA, Luiz Otávio. & FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. : In- Espaços da ciência no Brasil. (org.) DANTES, Maria Amélia M. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. Pp. 59-75.; FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. O cientificismo e a ampliação dos espaços institucionais (1870-1905).: In - As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997. Pp. 103-171.

<sup>26</sup> Op. Cit, CARVALHO, José Murilo de., 1999. Pp.127-137. José Murilo assinala a recorrência das citações de autores consagrados pelos intelectuais brasileiros como forma de angariar aceitação e autoridade para os seus discursos.

<sup>27</sup> A sede da Confederação Abolicionista estava localizada na redação do Jornal Gazeta da Tarde.

Ver, SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon: e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Pp. 16-17.

<sup>28</sup> Gazeta da Tarde, 14 de maio de 1883.

<sup>29</sup> Gazeta da Tarde, 10 de dezembro de 1883.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> Le Messager du Brésil, 13 e 16 de dezembro de 1883 .

<sup>33</sup> Gazeta da Tarde, 10 de janeiro de 1884.

<sup>34</sup> FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As Conferências Populares da Glória: a divulgação do saber científico. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol.2, nº3, Rio de Janeiro, nov./fev., 1996.; CARULA, Karoline. As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). Dissertação de mestrado Unicamp, Campinas, São Paulo, 2007. As Conferências da Glória ocorriam em algumas escolas localizadas na região onde atualmente se localizam os bairros de Laranjeiras, Catete e Glória. Nelas ocorriam conferências voltadas para a divulgação, comentários ou críticas de estudos científicos nacionais ou estrangeiros. Também eram proferidas palestras e discursos sobre assuntos em pauta no cenário político do país.

<sup>35</sup> Jornal Gazeta da Tarde, 20 de novembro de 1883. O jornal é apresenta o sr. Álvaro Joaquim de Oliveira como professor da Escola Politécnica, e portanto, apto para responder em nome da Confederação Abolicionista o discurso do jurista Coelho Rodrigues sobre a preciosidade do abolicionismo e a inadequação do projeto de abolição defendido pela Confederação.

<sup>36</sup> Antonio Coelho Rodrigues foi professor de Direito da Faculdade de Recife e por duas vezes fora eleito deputado pela província do Piauí. Há época de sua

Conferência na Escola da Glória, estava na Corte participando de uma comissão código civil. BLAKE, Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. vol. 1. Conselho Federal de Cultura, 1970. O jornal Gazeta da Tarde não reproduziu o seu discurso, mas, informou que o mesmo havia sido reproduzido pelo Jornal do Commercio. Ver, Ibidem, Gazeta da Tarde.

<sup>37</sup> Op. cit. Gazeta da Tarde, 20 de novembro de 1883.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Op. cit. Blake, Sacramento.

<sup>40</sup> Dissertação de mestrado em conclusão: A Confederação Abolicionista e o abolicionismo na Corte: projetos e estratégias de inserção do negro na sociedade brasileira.

